

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de abril de 2024 às 08h21
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Patentes: tratado pode estabelecer lucro para povos tradicionais	3
<small>NOS ALANA GANDRA</small>	

Exame.com | BR

Patentes

À espera da quebra de patente: Prati, do Paraná, começa a desenvolver o seu próprio Ozempic .	5
<small>MARCOS BONFIM</small>	

Folha.com | BR

27 de abril de 2024 | Pirataria | Biopirataria

Índigenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia	7
<small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS JORGE ABREU</small>	

Consultor Jurídico | BR

Pirataria | Biopirataria

A propriedade intelectual e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	10
--	-----------

Monitor Mercantil Digital online | RJ

Propriedade Intelectual

Dia da Propriedade Intelectual 2024	15
--	-----------

Portal da Indústria | BR

Denominação de Origem

Dia da Propriedade Intelectual: conheça 4 peças de design brasileiras icônicas	17
<small>MARCELLA FERNANDES</small>	

IT Forum | SP

Pirataria

O impacto da tecnologia na propriedade intelectual: tendências e desafios	19
<small>GISELE TRUZZI</small>	

Migalhas | BR

Pirataria

Como a tecnologia impacta a propriedade intelectual? Advogado analisa	24
--	-----------

Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 5.838	27
------------------------------------	-----------

Patentes: tratado pode estabelecer lucro para povos tradicionais

NOS



Hoje é o Dia Mundial da Propriedade Intelectual

O Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual (PI) - criado em 2000 pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) - ocorre anualmente neste 26 de abril. No Brasil, a data é celebrada desde 2016, tendo como principal parceiro o Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial (**INPI**), além de outras instituições.

A cada ano, a OMPI estabelece uma temática para ser debatida durante a data. Este ano, o assunto abrange os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e como a **propriedade** intelectual e a inovação podem servir como ferramentas para alavancar o alcance desses objetivos, disse à Agência Brasil a conselheira da OMPI no Brasil, Isabella Pimentel. Um dos pontos em destaque são os direitos dos povos indígenas.

Isabella destacou que o tema referente aos povos indígenas "está premente na agenda do Brasil". Entre 13 e 24 de maio próximo, a OMPI sediará, em Genebra, conferência diplomática para adoção de um tratado internacional que vai exigir que os países aderentes declarem se existem **recursos** genéticos ou conhecimentos tradicionais associados em pedidos de patentes. "O Brasil tem muito interesse que esse seja um tratado eficaz. Esse tem sido um tema muito debatido", acentuou.

abpi.empauta.com

Acrescentou que esse é um pleito dos povos indígenas, "porque os **recursos** genéticos e os conhecimentos tradicionais associados normalmente têm sido utilizados para **registro** de patentes para o desenvolvimento de cosméticos e medicamentos, em que não existe um compartilhamento de bens, ou não existe uma política de compartilhamento de lucros para as comunidades indígenas".

Os povos indígenas reivindicam a participação nos lucros dessas empresas. Um exemplo foi a cannabis medicinal, utilizada por povos da Índia com fins medicinais, que acabou sendo levada por um médico inglês para seu país, onde desenvolveu estudos e medicamentos baseados na planta.

O pleito dos povos indígenas de compartilhar benefícios para remédios e outros inventos que sejam desenvolvidos a partir dos seus conhecimentos milenares, das zonas em que habitam, existe desde os anos de 1990. A adoção de um instrumento internacional sobre essa questão vem sendo discutida por um comitê da OMPI desde os anos 2000. Representantes dos povos indígenas brasileiros deverão participar da conferência.

Ineditismo

O Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual será comemorado nesta sexta-feira (26) com programação no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, envolvendo inovação e direitos sobre criações humanas, com entrada franqueada ao público. Na área externa, as atrações serão iniciadas às 9h. O evento no CCBB é promovido pelo **INPI**, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela OMPI.

Além dos direitos dos povos indígenas, a iniciativa discutirá cidades inteligentes e planejamento urbano,

transição energética, saúde e como os institutos de ciência e tecnologia (ICTs) podem contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A conselheira da OMPI no Brasil, Isabella Pimentel, salientou também a novidade da comemoração deste ano que reúne o **INPI**, quatro universidades do Rio e a Fiocruz.

Público amplo

Segundo a coordenadora de Comunicação Social do **INPI**, Isabela Borsani, o principal destaque é a possibilidade quase pioneira de levar uma programação sobre propriedade intelectual para um público mais amplo.

"Pela primeira vez, a gente está levando para um espaço democrático, como o CCBB RJ, de grande visitação no Brasil, o tema da propriedade intelectual, ainda pouco conhecido pela sociedade brasileira. Está todo mundo muito animado de poder levar essa programação que, normalmente, fica restrita ao público que já é conhecedor da PI, a um público que, a gente espera, tenha um primeiro contato com os ativos de propriedade intelectual e a importância deles para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil".

A programação foi montada para atingir um público amplo, desde crianças a pesquisadores. Haverá um desfile de moda sustentável confeccionada por alunos da UFRJ e PUC-Rio e duas oficinas. Uma é o Jogo da Vida da PI (jogos de tabuleiro com monitoria), que ensina qual é o processo da PI, desde a concepção da ideia pelo inventor, pelo designer, até a consagração de um direito de propriedade intelectual.

"A gente vai fazer isso de uma forma lúdica, ensinando os estudantes e o público amplo que estiver interessado em participar". Outra oficina se denomina Sons da Ciência e utiliza podcasts (programas de rádio via internet) no processo de

Continuação: Patentes: tratado pode estabelecer lucro para povos tradicionais

alfabetização científica, falando da importância da disseminação da ciência a partir desses veículos de comunicação.

Tecnologias

A coordenadora de Comunicação Social do **INPI** destacou, ainda, a parte de exposição de tecnologias, onde serão apresentados módulos de foguetes de satélites, supercondutores magnéticos, veículos movidos a hidrogênio e um submarino para prospecção de petróleo em águas profundas.

"Vai ser interessante os estudantes e o público em geral tendo acesso, fotografando e tirando dúvidas com os inventores desses artefatos. São tecnologias que a gente não vê normalmente no dia a dia", assinalou Isabela Borsani.

Os ingressos gratuitos para as mesas, palestras e oficinas podem ser retirados na bilheteria física ou online do CCBB uma hora antes de cada atividade.

Patentes e marcas

A importância da propriedade intelectual pode ser medida pelos pedidos de **patentes** e marcas que entram anualmente no **INPI**. Em 2023, por exemplo, foram feitos 27,9 mil pedidos de **patentes**. O instituto concedeu nos últimos 12 meses - compreendidos entre março de 2023 e março de 2024 - 16,850 mil **patentes**.

Com relação ao registro de marcas, foram solicitadas ao **INPI** 402 mil marcas em 2023, tendo sido concedidas, isto é, registradas, 198 mil marcas nos últimos 12 meses.

Edição: Kleber Sampaio

À espera da quebra de patente: Prati, do Paraná, começa a desenvolver o seu próprio Ozempic



A paranaense Prati-Donaduzzi se prepara para entrar no concorrido mercado aberto pela Ozempic (semaglutida), da Novo Nordisk. A farmacêutica brasileira está de olho na **quebra** de patente do medicamento no país, prevista para 2026, e está desenvolvendo em casa o seu próprio equivalente genérico.

Fenômeno mundial, o produto tem impulsionado os números da Novo Nordisk nos últimos anos. A semaglutida é utilizada no tratamento de diabetes e de obesidade, como um inibidor de apetite. É o uso para a perda de peso rápido e com pouco esforço, porém, que abriu uma fronteira expressiva para a companhia dinamarquesa, hoje a mais valiosa da Europa.

O processo na Prati começou há pouco mais de seis meses e busca posicionar a empresa para ter a oferta pronta tão logo a patente caia. "O importante para nós é sempre lançar um produto na **quebra** de patente e estar entre os primeiros. As farmácias, geralmente, querem ter entre duas e três alternativas na prateleira. E queremos marcar presença neste espaço", afirma Eder Maffisoni, CEO da Prati-Donaduzzi desde 2016.

Como está o desenvolvimento do "Ozempic" paranaense

Conhecida como a maior fabricante de genéricos do país, a empresa de Toledo, no Paraná, foi ao exterior buscar os componentes necessários para colocar o projeto de pé. A matéria-prima foi negociada com fornecedores da Ásia, e o dispositivo para a aplicação do medicamento com europeus. A fase atual é de formulação e análise dos resultados.

A Prati não revela os valores que está desembolsando para a criação do novo produto. Tradicionalmente, a farmacêutica investe 5% do faturamento registrado no ano anterior em pesquisa e desenvolvimento de portfólio. Em 2023, a receita ficou na casa de 2,3 bilhões de reais, alta de mais de 10% em relação aos números de 2022.

"Nós acabamos não abrindo o desenvolvimento de um produto e do outro, mas esse é um desenvolvimento caro. Para se ter uma ideia, o grama da matéria-prima custa em torno de 1.100 dólares", diz Maffisoni.

Com a **quebra** de patente, o mercado nacional quer capturar a demanda reprimida para a compra do produto, cujo preço está em torno de R\$ 1.000,00. Recentemente, uma outra brasileira, a Bionn, empresa de **biotecnologia**, anunciou a parceria com a indiana Biocon para licenciar e distribuir com exclusividade o medicamento biológico semaglutida.

Dados da consultoria IQVIA, especializada no setor de saúde, as vendas de semaglutida somam mais de R\$ 3 bilhões ao ano no Brasil. O montante coloca o medicamento como o maior em faturamento no país.

"Esse é um produto que vai ter um efeito muito parecido à época que caiu a patente do Viagra", afirma Maffisoni. "Na farmácia, um comprimido era vendido por R\$ 50,00. Hoje, um genérico sai a R\$ 0,90 centavos. Com a queda do preço, o consumo explodiu e trouxe acesso a quem precisava".

Continuação: À espera da quebra de patente: Prati, do Paraná, começa a desenvolver o seu próprio Ozempic

O Brasil é atualmente o quinto país com maior incidência de diabetes no mundo, com 16,8 milhões de doentes adultos - 20 a 79 anos -, de acordo com o Atlas do Diabetes da Federação Internacional de Diabetes (IDF). O país fica atrás apenas da China, Índia, Estados Unidos e Paquistão. Em 2030, a projeção é de que este número suba para 21,5 milhões de casos.

Por si só, esse número já funciona como um indicativo do tamanho potencial da demanda. O "off label", como já é chamado na indústria o uso diferente de medicamentos daquele originalmente autorizado pelos órgãos regulatórios, eleva esse mercado em algumas casas decimais.

"Hoje, a multinacional que vende o produto de referência não abastece a demanda nem pelo preço que cobra. Então, existe uma demanda reprimida e as farmácias estão gritando por volume. Baixando o preço, melhor ainda porque promove o acesso", diz.

Qual é o negócio da Prati

Com 30 anos de mercado, a Prati foi fundada pelo casal de farmacêuticos paranaense Luiz e Carmen Donaduzzi, ao lado dos seus respectivos irmãos Arno Donaduzzi e de Celso Prati. A farmacêutica nasceu para desenvolver medicamentos que já tinham perdido a patente, a exemplo de alguns analgésicos e ver-

mífugos. O caminho que viria a ser consolidado anos depois com a entrada em vigor da lei dos genéricos, em 1999.

Do mercado público inicial, oferecendo remédios para governos nas esferas federal, estadual e municipal, a empresa avançou para o consumidor final em 2010. Cerca de 70% da receita provém do novo público atualmente.

Com estratégia verticalizada e fazendo tudo dentro de casa, a Prati tem registrado um crescimento contínuo e dobra de tamanho a cada cinco anos. A próxima meta é chegar aos R\$ 4 bilhões em 2027.

"Nós estamos andando um pouquinho mais acelerados. Acho que dá para fechar os R\$ 4 bilhões em 2026, olhando para o que temos no portfólio e o que estamos produzindo", afirma Maffissoni, na empresa desde 2002.

Além do portfólio de genéricos, a empresa avança em medicamentos de referência para doenças como Parkinson, Alzheimer, esquizofrenia, autismo e depressão; canabidiol; e está construindo uma unidade de injetáveis, produtos que são aplicados com seringas.

Indígenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Entidades dizem que matérias-primas encontradas nas florestas são exploradas sem que sejam dados os devidos créditos por melhoramento genético

O cupuaçu, o pequi, a castanha-do-pará, o tucumã e a stevia são alguns dos produtos encontrados nos biomas brasileiros que estão na mira de uma discussão do movimento indígena sobre apropriação cultural e intelectual.

Neste mês, entidades representativas, entre as quais a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), elaboraram um documento para ser apresentado na Conferência Diplomática de Genebra, da Ompi (**Organização** Mundial da Propriedade Intelectual) -entidade de direito internacional público ligada à ONU. O encontro está marcado para o período de 13 a 24 de maio, na Suíça.

Indígenas guaranis do Brasil e Paraguai pedem reparação pelo uso da stevia, planta usada como adoçante natural e encontrada dentro de territórios sagrados

De acordo com o documento, matérias-primas encontradas nas florestas são exploradas sem que sejam

dados os devidos créditos por melhoramento genético e sem a repartição dos benefícios, descumprindo o protocolo constituído na Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos indígenas e tribais.

"Nossos modos de vida propiciam a criação, desenvolvimento, melhoramento genético, inovações, salvaguarda, manutenção de práticas tradicionais, conhecimentos e **recursos** genéticos, promovendo a integração e interação humanidade e natureza", diz trecho do texto.

"Se faz necessário que a comunidade internacional cumpra, proteja, realize investimentos em programas de autoria e protagonizados por povos indígenas e resguarde os direitos de propriedade intelectual dos povos indígenas, com o objetivo de cessar o espólio de nossos direitos e a exploração dos nossos conhecimentos e saberes", traz outra parte do documento.

Fernanda Kaingang, doutora em propriedade intelectual e patrimônio cultural dos povos indígenas pela Universidade de Leiden (Países Baixos), participará da entrega e defesa do documento na Conferência de Genebra, representando os povos originários do Brasil.

O principal objetivo da entrega do documento, segundo ela, é torná-lo um instrumento internacional, que seja base para aos Estados-membros da ONU. A proposta foi baseada na lei brasileira de biodiversidade (nº 13.123/2015), que reconhece o patrimônio genético, o conhecimento tradicional associado e o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

Os direitos de **propriedade** intelectual, que são válidos no cenário nacional, não têm uma re-

Continuação: Indígenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia

gulamentação internacional de proteção a conhecimentos tradicionais e de repartição dos benefícios, dos lucros, utilizando os nossos conhecimentos

Fernanda Kaingang

diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas

No âmbito internacional, o instrumento seria utilizado para requerer aos países que reconheçam o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado dos povos originários, com possível adoção de sanções e reparação de benefícios. De acordo com Kaingang, o Brasil será, provavelmente, o Estado presidente da conferência, o que reforçaria um diálogo a cerca do assunto.

Durante a programação do ATL (Acampamento Terra Livre), maior mobilização indígena do país, que aconteceu de 22 a 26 deste mês, em Brasília, Kaingang apresentou a proposta na plenária principal e recolheu assinaturas de lideranças dos povos originários para serem apresentadas na Conferência de Genebra.

Segundo ela, os guaranis foram os responsáveis pelo melhoramento genético da "ka'a he'e", também conhecida como stevia (adoçante natural extraído de uma planta), que era usado pelos povos ancestrais. Atualmente, o produto é alvo de uma disputa por propriedade intelectual entre indígenas brasileiros e paraguaios contra multinacionais dos segmentos de refrigerantes e dietéticos.

"Os direitos de **propriedade** intelectual, que são válidos no cenário nacional, não têm uma regulamentação internacional de proteção a conhecimentos tradicionais e de repartição dos benefícios, dos lucros, utilizando os nossos conhecimentos", disse ela.

Kaingang, que também é diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, promoveu do dia 8 ao

dia 10 deste mês no Rio de Janeiro um seminário no qual povos indígenas dos seis biomas brasileiros contribuíram para a elaboração do documento.

Fernanda Kaingang, diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, participará da entrega e defesa do documento na Conferência de Genebra, representando os povos originários do Brasil

-

"Quanto por cento os guaranis receberam pelo uso da stevia? Quanto os povos da Amazônia receberam pelo uso da copaíba, da andiroba, do cupuaçu, do açaí? Hoje, nós vemos as nossas culturas serem negadas na sua ciência e na sua sabedoria, para que o sistema de propriedade intelectual possa auferir lucros e não retribuir nada", afirmou ela.

O pesquisador de botânica real de Kew (Reino Unido) Matheus Colli-Silva defendeu em sua tese de doutorado, quando estudou na USP (Universidade de São Paulo), evidências de que o cupuaçu pode ter sido uma espécie domesticada por indígenas da Amazônia há mais de 5.000 anos.

A tese sugere que o cupuaçu é uma variante do cupuí-fruta similar, mas de tamanho menor. Conforme o estudo, os povos indígenas da região do médio alto Rio Negro perceberam o potencial do cupuí e selecionaram os frutos que eram maiores e os cruzaram, dando origem a uma espécie maior e com mais poupa.

Os pesquisadores percorreram, na época da elaboração do doutorado, os municípios de Balbina (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Tapajós (PA) e Xapuri (AC), e observaram, ainda, que o cupuaçu só se fazia presente próximo de aldeias e regiões tradicionalmente povoadas, e não dentro da mata fechada, o que sustenta a hipótese de domesticação da fruta.

Tese de doutorado da USP sugere que o cupuaçu teria

Continuação: Indígenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia

sido domesticado por povos indígenas

-

Colli-Silva disse à Folha que procurava entender a diversidade das espécies do cacau, entre as quais o cupuaçu, sendo a possível versão domesticada e genuinamente brasileira.

"No laboratório, extraímos o DNA de espécimes e analisamos a estrutura genética. E os resultados sugerem que o cupuaçu teria sido domesticado muito antes do que se pensava. O cupuaçu é conhecido há

200 anos, mas o que a gente sugere, na tese, é que isso teria acontecido no primeiro momento, há muito tempo, como aconteceu com outras plantas também na Amazônia."

Ele destaca que essa primeira fase do estudo tem limitações e que novas pesquisas, com coletas de mais amostras em outras localidades, precisam ser feitas para corroborar ou refutar a tese.

A propriedade intelectual e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



A Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (Ompi) definiu que o lema para celebrar o Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual (26 de abril) deste ano

Opinião A propriedade intelectual e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (Ompi) definiu que o lema para celebrar o Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual (26 de abril) deste ano é "PI e os ODS: Construir Nosso Futuro Comum com Inovação e Criatividade."

Não há que se falar em desenvolvimento e inovação, se não ocorrerem em ambiente que seja, de fato, sustentável. A **propriedade** intelectual pode contribuir, decisivamente, nesta aproximação, através de diversos aspectos.

O lema definido pela Ompi, reforça a importância da PI, no sentido de que é possível e recomendável que as invenções e as transações envolvendo tecnologia, nos mais diversos segmentos, possuam um olhar harmônico com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) [1].

Eco-92 e o desenvolvimento sustentável

A expressão "desenvolvimento sustentável" surgiu, pela primeira vez, por meio da Conferência das Na-

ções Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (Eco-92).

Na ocasião, 179 países acordaram e assinaram a Agenda 21 [2] Global - um programa de ação que constitui um novo padrão de desenvolvimento, denominado "desenvolvimento sustentável", como uma espécie de instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 é constituída por quatro seções, a saber: dimensões sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos grupos principais e meios de implementação.

Fernando Frazão/Agência Brasil

Temas fundamentais para o desenvolvimento sustentável são observados nas seções, tais como: estímulo, por meio de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento; combate à pobreza; mudança dos padrões de consumo; proteção e promoção das condições da saúde humana; proteção dos grupos vulneráveis; redução dos riscos para a saúde decorrentes da poluição e dos perigos ambientais; promover o planejamento e o manejo dos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres; proteção da atmosfera; consideração das incertezas: aperfeiçoamento da base científica para a tomada de decisões; prevenção da destruição do ozônio estratosférico; combate ao desflorestamento/desm atamento; manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca; desenvolvimento e fortalecimento de programas de desenvolvimento integrado para a erradicação da pobreza e a promoção de sistemas alternativos de subsistência em áreas propensas à desertificação; revisão, planejamento e programação

integrada da política agrícola à luz do aspecto multifuncional da agricultura em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável; proteção dos recursos hídricos, da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos; manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluída a prevenção do tráfico internacional ilegal dos produtos tóxicos e perigosos; manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com esgotos; reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades; fortalecimento da comunidade científica e tecnológica; melhoria da comunicação e cooperação entre a comunidade científica e tecnológica, os responsáveis por decisões e o público.

Tecnologia para o desenvolvimento sustentável e a PI

Chama a atenção no contexto da Agenda 21, os meios de implementação para atingir os objetivos delineados acima: recursos e mecanismos de financiamento; **transferência** de tecnologia ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional; ciência para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da base científica para o manejo sustentável.

Spacca

A **transferência** de tecnologia, vale lembrar, está prevista em diversas legislações de propriedade industrial, inclusive do Brasil [3], mas, principalmente no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (Acordo Trips) [4].

No entanto, a referência global que conecta a **transferência** de tecnologia ao ambiente sustentável, está inserida no Capítulo 34 da Agenda 21, que é denominada "**Transferência** de Tecnologia Ambientalmente Saudável, Cooperação e Fortalecimento Institucional".

Os artigos 34.1 [5], 34.2 [6] e 34.3 [7] definem o que se entende por tecnologia ambientalmente saudável, para os efeitos da Agenda 21.

Ainda no mesmo Capítulo 34, há um alerta para a necessidade de acesso a tecnologias ambientalmente saudáveis e de sua transferência em condições favoráveis, em particular para os países em desenvolvimento, por meio de medidas de apoio que promovam a cooperação tecnológica e que permitam a transferência do conhecimento técnico-científico e tecnológico.

Assim, representam requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável a disponibilidade de informação científica e tecnológica e o acesso à tecnologia ambientalmente saudável.

Cenário de patentes

No contexto do capítulo que discute a **transferência** de tecnologia, a Agenda 21 aponta para uma questão relacionada ao cenário de patentes.

Em primeiro lugar, deixa claro que há uma grande proporção dos conhecimentos tecnológicos úteis em domínio público e que deve ser estimulado o uso (e acesso) destas tecnologias (que não estejam protegidas por patentes) para países em desenvolvimento.

Em segundo lugar, há um fortalecimento aos direitos dos detentores de propriedade industrial, ao definir que a tecnologia patenteada está disponível por meio dos canais comerciais e que se deve fomentar, facilitar [8] e financiar o estudo e desenvolvimento destas tecnologias, oferecendo-se, ao mesmo tempo, incentivos justos aos inovadores que promovam pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias ambientalmente saudáveis.

Tratados, PI e os ODS

Ainda no contexto da Eco-92, resultaram três gran-

Continuação: A propriedade intelectual e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

des e históricos tratados (que se tornaram lei interna no Brasil): Convenção sobre **Diversidade** Biológica (CDB), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

A CDB foi o primeiro grande tratado internacional a disciplinar as grandes premissas relacionadas ao acesso à **recursos** genéticos e repartição de benefícios e possui como principais objetivos a) conservação da **diversidade** biológica; b) utilização sustentável de seus componentes; c) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos **recursos** genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos **recursos** genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes.

Além da **transferência** de tecnologia, as discussões sobre detentores dos conhecimentos tradicionais associados e o consentimento prévio envolvendo patentes [9] resultantes de tecnologias apontam na CDB como temas que possuem conexão com a propriedade industrial.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (em inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change ou UNFCCC), por sua vez, tem por objetivo estabelecer critérios claros para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, em prazo razoável e estimula a ampla **transferência** de tecnologia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, podendo a captura de carbono funcionar como uma moeda de troca.

Por meio dos tratados mencionados e da Agenda 21, já foi demonstrada a ampla conexão entre a propriedade industrial e os seguintes ODS: água limpa e saneamento (6), energia acessível e limpa (7), combate as alterações climáticas (13), vida debaixo d'água (14) e consumo e produção responsáveis (12).

Claro que a recomendável interpretação dos ODS, deve ser feita de forma conectada e harmônica.

Exemplificando, se não houver sucesso no atingimento do Objetivo 13 (mudanças climáticas) os que mais sofrerão as consequências são aqueles com menor poder aquisitivo, resvalando diretamente no atingimento do Objetivo 10 (redução das desigualdades).

Além dos ODS que buscam um maior cuidado como planeta, são fundamentais e relevantes, aqueles que buscam o equilíbrio social, como, mas não limitado ao Objetivo 1 (erradicação da pobreza).

Também em relação a estes ODS a **propriedade** intelectual possui total conexão. Explica-se: um ambiente propício a segurança do investimento do inventor, gera um maior número de patentes depositadas e, por consequência uma elevação dos índices de inovação.

O reflexo social é imediato, com um maior desenvolvimento, gerando empregos e arrecadação.

Conclusão

A conexão entre propriedade industrial e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, trazida pela Ompi, reflete um momento atual e necessário, em que os países devem buscar inovação e desenvolvimento, respeitando os recursos limitados do planeta.

Previamente ao estabelecimento das ODS, os países já haviam desenvolvido a Agenda 21, que disciplina, de forma robusta, um novo padrão de desenvolvimento, denominado "desenvolvimento sustentável" conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

No âmbito da Agenda 21, encontra-se o capítulo voltado a busca de uma "**transferência** de tecnologia ambientalmente saudável", que deve servir de balizamento para os países definirem políticas públicas de incentivo à inovação com menor impacto ambiental.

Todo o esforço é necessário, seja pelos diversos braços da ONU (como a Ompi) ou pelos países, para buscar alternativas que incentivem a inovação, mas ao mesmo tempo, respeitem o planeta, que passa por um momento bastante delicado.

[1] <https://sdgs.un.org/goals>

[2] O termo "Agenda 21" foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI.

[3] Lei 9179/96 - artigo 211.

[4] Estabelece padrões mínimos de proteção a serem observados pelos Membros da OMC, com relação a **direito** autoral, marcas, **indicações** geográficas, desenhos industriais, patentes, circuitos integrados e informação confidencial. Ele incorpora os principais dispositivos substantivos da Convenção de Paris para a Proteção da **Propriedade** Intelectual e da Convenção de Berna para a Proteção de Trabalhos Literários e Artísticos (com exceção dos direitos morais), ambos negociados no âmbito da OMPI.

[5] 34.1. As tecnologias ambientalmente saudáveis protegem o meio ambiente, são menos poluentes, usam todos os recursos de forma mais sustentável, reciclam mais seus resíduos e produtos e tratam os dejetos residuais de uma maneira mais aceitável do que as tecnologias que vieram substituir.

[6] 34.2. As tecnologias ambientalmente saudáveis, no contexto da poluição, são "tecnologias de processos e produtos" que geram poucos ou nenhum resíduo, para a prevenção da poluição. Também compreendem tecnologias de "etapa final" para o tratamento da poluição depois que esta foi produzida.

[7] 34.3. As tecnologias ambientalmente saudáveis não são apenas tecnologias isoladas, mas sistemas totais que incluem conhecimentos técnicos-científicos, procedimentos, bens e serviços e equipamentos, assim como os procedimentos de organização e manejo. Isso significa que, ao analisar a **transferência** de tecnologias, devem-se também abordar os aspectos da escolha de tecnologia relativos ao desenvolvimento dos recursos humanos e ao aumento do fortalecimento institucional e técnica local, inclusive os aspectos relevantes para ambos os sexos. As tecnologias ambientalmente saudáveis devem ser compatíveis com as prioridades sócio-econômicas, culturais e ambientais nacionalmente determinadas.

[8] Os países receptores requerem tecnologia e um maior apoio para ajudá-los a desenvolver ainda mais suas capacidades científica, tecnológica, profissional e afins, levando em consideração as tecnologias e capacidades existentes. Esse apoio permitirá aos países, especialmente os países em desenvolvimento, a fazer escolhas tecnológicas mais saudáveis. Esses países poderão então avaliar melhor as tecnologias ambientalmente saudáveis antes de sua transferência e aplicá-las e gerenciá-las de forma adequada, assim como aperfeiçoar as tecnologias já existentes e adaptá-las às suas necessidades e prioridades de desenvolvimento específicas (34.12).

[9] Vale destacar que a Ompi promoverá, no período compreendido entre 13 e 24 de maio de 2024 a Conferência Diplomática sobre **Recursos** Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados para buscar uma solução consensada para dever dos depositantes de patentes revelarem a origem dos **recursos** genéticos e/ou os detentores dos conhecimentos tradicionais associados.

Continuação: A propriedade intelectual e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Luiz Ricardo Marinello É Mestre Em Direito Pela
Puc-Sp Coordenador Da Comissão De Estudos De
Bioeconomia E Sustentabilidade Da Associação Bra-
sileira Da Propriedade Intelectual E Sócio De Ma-
rinello Advogados.

Dia da Propriedade Intelectual 2024



Dia da **Propriedade** Intelectual 2024: Celebre o papel crucial da PI na inovação, inclusão e sustentabilidade. Por Pedro Tinoco.

www.tbfoto.com.br ALMEIDA ADVOGADOS - SP/SP - 24/09/2020 Foto: Tadeu Brunelli ATENCAO: Toda foto deve ser publicada com o credito do autor, na sua integra sem cortes ou modificacoes, de acordo com a Lei Nº 9.610 de 19/02/1998.

Celebrado anualmente no dia 26 de abril, data em que foi estabelecida a Organização Mundial de **Propriedade** Intelectual (OMPI), o Dia da **Propriedade** Intelectual é a ocasião ideal para exaltar os inventores, autores e titulares que impulsionam a economia com suas criações e ativos intelectuais, bem como nos permite refletir sobre como o ecossistema da **propriedade** intelectual é um instrumento de progresso econômico e social.

Neste ano, a OMPI elegeu como tema para esse dia a intersecção entre a **propriedade** intelectual e as metas de desenvolvimento sustentável elencadas pelas Nações Unidas, sendo evidenciado que:

a) Desempenha papel central na promoção da inovação e estímulo ao desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso da sociedade a medicamentos essenciais e cuidados de saúde de qualidade, ao mesmo tempo que assegura às empresas exclusividade na

exploração de seus produtos para recuperar investimentos em pesquisa e desenvolvimento;

b) Contribui para o crescimento econômico inclusivo, promovendo um ambiente propício para inovação e empreendedorismo, gerando oportunidades de trabalho e estimulando setores-chave da economia;

c) Exerce papel crucial na preservação da diversidade cultural e na promoção da inclusão social ao reconhecer, salvaguardar e valorizar as expressões culturais e os conhecimentos dos povos originários, contribuindo para o fortalecimento de suas identidades e o enriquecimento da sociedade como um todo; e

d) Está intimamente ligada aos esforços globais para combater as mudanças climáticas e proteger o meio ambiente, promovendo tecnologias verdes e incentivando a transição para uma economia mais sustentável, sendo que tais práticas já são observadas com o matchmaking de tecnologias verdes e capacitação na região amazônica.

Assim, é possível concluir que o Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual neste ano serve não apenas como um momento para destacar a importância desta área do direito na economia global, mas também para ressaltar o papel multifacetado que este ecossistema desempenha na promoção da inovação, inclusão social, preservação cultural e sustentabilidade.

Ao reconhecer e valorizar a amplitude do impacto da propriedade intelectual em diversos aspectos da sociedade, reafirmamos nosso compromisso com um futuro mais equitativo, próspero e sustentável para todos.

Continuação: Dia da Propriedade Intelectual 2024

Espaço Publicitário

Pedro Tinoco é sócio especialista em Propriedade Intelectual do escritório Almeida Advogados.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Dia da Propriedade Intelectual: conheça 4 peças de design brasileiras icônicas



Um novo jeito de fazer tarefas cotidianas, soluções para problemas, uma referência para outras invenções: esse é o impacto da **propriedade** intelectual no mundo. Para chamar a atenção para esse direito que protege ideias, todo ano a Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI) escolhe um tema para guiar as ações em torno de 26 de abril, o Dia Mundial da PI.

Em 2024, a campanha é "PI e os ODS: Construir nosso futuro comum com inovação e criatividade", em referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). São 17 objetivos interligados, com metas relacionadas a questões como erradicação da pobreza, saúde e bem estar e ações contra a mudança global do clima.

Ao proteger uma ideia que ganhou valor ao se tornar um produto ou processo, a PI é um motor da inovação, incentivando investimentos em pesquisa por parte de empresas e instituições. Na indústria, alguns tipos de propriedade industrial (uma das categorias da PI) são patentes, marcas, desenhos industriais e **indicações** geográficas.

Saiba tudo sobre PI no especial sobre o tema e tudo sobre **indicações** geográficas neste especial

Conheça aqui algumas peças inovadoras feitas por no Brasil que podem estar na sua casa ou em um mu-

abpi.empauta.com

seu em Nova York:

Um máquina de café analógica

Sabe a felicidade de sentir o cheiro do café espresso fresquinho? É possível que ela aconteça sem energia elétrica. Em 2016, o mineiro Maycon Aram, na época estudante de Design de Produto, desenvolveu o primeiro método de espresso brasileiro. A máquina analógica não precisa de energia, cápsulas nem filtro de papel.

A criação surgiu da inquietação ao perceber como era comum para as pessoas comprar produtos novos em vez de levar um que quebrou para o conserto. Esse foi o ponto de partida para reflexões sobre consumo sustentável como um todo.

Depois do protótipo desenvolvido, o projeto ganhou corpo com um financiamento coletivo e hoje conta com 20 fornecedores locais, entre artesãos e engenheiros. Já o artesão e mestre especializado em design para manufatura, Aram, recebeu alguns dos principais prêmios de design de produto no Brasil e fora, como o IF Award, Prêmio Design Museu da Casa Brasileira, Salão Design, IDEA Brasil e Prêmio Brasileiro de Embalagens.

O bom e velho filtro de barro

Remove as impurezas da água - em um país onde quase 50 milhões de pessoas não têm acesso adequado ao saneamento básico - e ainda deixa a água fresquinha sem usar energia elétrica. Comum em muitas casas brasileiras, o filtro de barro é um aprimoramento das moringas, usadas por povos originários para armazenar água em uma temperatura agradável.

No início do século XX, imigrantes portugueses e italianos começaram a fabricar velas filtrantes, acoplando-as às talhas de cerâmica e assim foi criado um

Continuação: Dia da Propriedade Intelectual: conheça 4 peças de design brasileiras icônicas

dos primeiros produtos da indústria nacional. Na década de 1930, a produção se intensificou pelo país e ganhou popularidade.

O filtro de barro reinou praticamente sozinho até os anos 1980, quando começaram a aparecer novas opções e logo antes da expansão da venda de água engarrafada. Em 1990, 57,2% das residências brasileiras possuíam algum modelo de filtro, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A fabricante mais tradicional é a marca Cerâmica Stéfani, fundada em 1947. Ela é de Jaboticabal (SP), região de maior aglomeração de fabricantes do produto no país, concentrando 70,8% dos filtros fabricados.

Primeira marca latina de calcinhas absorventes

Foi necessário um investimento inicial de R\$ 300 mil em pesquisa para desenvolver a tecnologia das primeiras calcinhas absorventes brasileiras (e da América Latina). O forro tem duas camadas internas: uma mata 99% das bactérias e a outra é impermeável. O tecido também é biodegradável e antimanchas.

A Pantys nasceu em 2017 e ganhou o mundo, sendo exportada para países como França, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos, tanto em lojas físicas quanto online. Com o tempo, surgiram novos produtos, como sutiã absorvente para gestantes e lactantes e cueca menstrual voltada para homens transexuais.

Preocupações ambientais com descarte de absorventes, o custo com esses tipo de produto e a insatisfação com as opções para usar no ciclo menstrual

- apontada por 90% das brasileiras ouvidas em uma pesquisa da marca - foram as motivações para Emily Ewell e Duda Camargo criarem o produto. Hoje as fábricas reciclam água no momento do tingimento dos tecidos e a produção compensa a emissão de carbono.

Formada em engenharia química, Emily trabalhou em multinacionais como a Deloitte e Johnson & Johnson antes de se dedicar à criação da tecnologia patenteada e clinicamente testada. A pesquisadora foi uma das vencedoras da Cartier Women's Initiative 2023, iniciativa lançada em 2006 pela marca de luxo francesa para impulsionar empreendedoras de negócios de impacto social ou ambiental.

Uma cadeira que virou peça de museu

Parte do acervo do Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York, a primeira versão da cadeira mole foi criada pelo arquiteto e designer carioca Sergio Rodrigues em 1957. Em 1961, ele enviou uma nova versão para Itália, onde a peça ficou em primeiro lugar no IV Concurso Internacional do Móvel, em Cantù.

Se no Brasil o nome foi dado pelos operários que fabricavam a cadeira, na Europa ela virou Sheriff Chair, nome escolhido pelo fabricante licenciado na Itália.

A cadeira de couro e jacarandá brasileiro também foi parte da exposição "O Móvel como Objeto de Arte", organizada por Sergio em 1962 na Oca, local onde vendia suas peças. O evento contou ainda com móveis criados por outros arquitetos e urbanistas, incluindo Lucio Costa.

O impacto da tecnologia na propriedade intelectual: tendências e desafios



Como assegurar a propriedade intelectual das empresas em tempos de hiperconexão?

Imagem: Shutterstock

Nos tempos modernos, a tecnologia tem promovido avanços revolucionários em todas as áreas da vida. E seu impacto no direito da **propriedade** intelectual não poderia ser diferente. A rápida evolução tecnológica trouxe desafios e oportunidades únicas para a proteção e comércio da **propriedade** intelectual. Neste artigo, exploraremos as tendências e desafios que a tecnologia tem apresentado ao campo da **propriedade** intelectual.

Com o aumento do compartilhamento de informações e o acesso à **internet**, a proteção de **direitos** autorais, marcas e **patentes** tornou-se ainda mais complexa. A cópia ilegal e a **pirataria** digital são apenas alguns dos desafios enfrentados por empresas e criadores de conteúdo. Por outro lado, a tecnologia também tem proporcionado novas formas de criar, distribuir e monetizar **propriedade** intelectual, como **licenciamento** de software, streaming de música e venda de produtos digitais.

Ao longo deste artigo, examinaremos exemplos e es-

tudos de caso que ilustram o impacto da tecnologia no campo da propriedade intelectual, bem como as estratégias e soluções que estão sendo desenvolvidas para enfrentar os desafios atuais e futuros. Prepare-se para uma análise aprofundada de como a tecnologia está moldando o cenário da propriedade intelectual.

Introdução à propriedade intelectual e tecnologia

A **propriedade** intelectual refere-se a criações da mente, como invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes e imagens usados no comércio. É uma área do direito que busca proteger e incentivar a criatividade e a inovação. A tecnologia desempenha um papel fundamental na forma como a **propriedade** intelectual é criada, protegida e comercializada.

Com o advento da **internet** e o avanço da tecnologia digital, a **propriedade** intelectual enfrenta novos desafios e oportunidades. A facilidade de compartilhamento de informações e a capacidade de reprodução digital têm levantado questões sobre a proteção dos direitos dos criadores e a comercialização de seus produtos. É essencial compreender as interações complexas entre a tecnologia e a **propriedade** intelectual para garantir a proteção adequada dos direitos dos criadores e a promoção da inovação.

A importância da proteção da **propriedade** intelectual na era digital

Na era digital, a proteção da **propriedade** intelectual é mais importante do que nunca. Com a facilidade de compartilhamento de conteúdo online, a proteção dos **direitos** autorais, marcas e **patentes** tornou-se um desafio significativo para empresas e criadores de conteúdo. A **pirataria** digital e a **cópia** ilegal de obras são problemas generalizados que afetam a indústria do entretenimento, a indústria editorial, a in-

Continuação: O impacto da tecnologia na propriedade intelectual: tendências e desafios

dústria de software e muitos outros setores.

A proteção adequada da **propriedade** intelectual não apenas protege os direitos dos criadores, mas também incentiva a inovação e o desenvolvimento econômico. Sem proteção adequada, os criadores podem perder o incentivo para investir tempo e recursos na criação de novas obras ou tecnologias, prejudicando assim o progresso da sociedade como um todo.

Tendências atuais em tecnologia e seu impacto nos direitos de propriedade intelectual

A rápida evolução tecnológica tem impactado significativamente os direitos de propriedade intelectual. Algumas das tendências mais proeminentes incluem:

Uso generalizado da **internet**

O uso generalizado da **internet** tem permitido o compartilhamento fácil e rápido de informações e conteúdo digital. No entanto, isso também levou ao aumento da **pirataria** digital e à violação de **direitos** autorais. A facilidade de acesso a obras protegidas por **direitos** autorais tem levantado questões sobre como garantir a proteção adequada desses direitos no ambiente digital.

Crescimento do comércio eletrônico

O comércio eletrônico tem se tornado uma forma popular de vender produtos e serviços, incluindo **propriedade** intelectual. A venda de música, livros, software e outros produtos digitais têm crescido rapidamente. No entanto, isso também aumentou os desafios relacionados à proteção desses produtos contra cópia ilegal e **pirataria**.

Avanços em inteligência artificial e aprendizado de máquina

Os avanços em inteligência artificial e aprendizado de máquina têm possibilitado a criação de obras ge-

radas por computador. Isso levanta questões interessantes sobre a autoria e a proteção dessas obras. Quem é o autor quando uma obra é criada por um algoritmo? Como essa autoria é protegida e comercializada?

Desenvolvimento de tecnologias baseadas em blockchain

As tecnologias baseadas em blockchain têm o potencial de transformar a forma como os direitos de propriedade intelectual são protegidos e comercializados. A natureza descentralizada e imutável do blockchain pode ajudar a garantir a autenticidade e a rastreabilidade das obras e transações, reduzindo assim a **pirataria** e a violação de **direitos** autorais.

Desafios enfrentados pelas empresas na proteção de sua **propriedade** intelectual online:

Pirataria digital

A **pirataria** digital é um problema generalizado que afeta empresas de todos os setores. A facilidade de compartilhamento de conteúdo online tornou mais fácil para os piratas digitais roubar e distribuir propriedade intelectual protegida. Isso resulta em perdas significativas de receita e pode prejudicar a reputação das empresas.

Violação de **direitos** autorais

Além da **pirataria** digital, o uso não autorizado de obras protegidas por **direitos** autorais é outra preocupação séria. Isso pode incluir o plágio de conteúdo escrito, a **cópia** indevida de designs de produtos ou a utilização de material protegido por **direitos** autorais sem permissão. A violação de **direitos** autorais pode resultar em processos judiciais caros, danos à reputação da empresa e perda de receita.

Desafios jurídicos e regulatórios

Continuação: O impacto da tecnologia na propriedade intelectual: tendências e desafios

A proteção da **propriedade** intelectual online envolve um complexo emaranhado de leis e regulamentos que variam de país para país. As empresas que operam internacionalmente precisam se familiarizar com as diferentes leis de **direitos** autorais, marcas e **patentes** que se aplicam às suas atividades. Além disso, a natureza transfronteiriça da **internet** torna difícil aplicar as leis de forma consistente e eficaz.

Emergência de novas tecnologias

O ritmo acelerado da **inovação** tecnológica constantemente apresenta novos desafios para a proteção da **propriedade** intelectual. Tecnologias como inteligência artificial, impressão 3D e realidade virtual estão abrindo novas possibilidades para a criação e distribuição de conteúdo, mas também levantam questões complexas sobre autoria, direitos exclusivos e meios de proteção.

Custos elevados de proteção e "enforcement"

As empresas que desejam proteger adequadamente sua **propriedade** intelectual online precisam investir em uma série de medidas, incluindo registro de **direitos** autorais e marcas, monitoramento online, implementação de tecnologias de proteção de conteúdo e, em alguns casos, processos judiciais. Esses custos podem ser significativos, especialmente para pequenas e médias empresas.

Estratégias para proteger a propriedade intelectual em um mundo impulsionado pela tecnologia

Apesar dos desafios, existem estratégias que as empresas podem adotar para proteger sua propriedade intelectual online:

1. Conscientização e educação

É fundamental educar funcionários, parceiros comerciais e clientes sobre a importância da propriedade intelectual e as consequências da violação

de **direitos** autorais. Uma cultura de respeito à propriedade intelectual pode ajudar a prevenir violações involuntárias e aumentar a vigilância contra atividades maliciosas.

Monitoramento e "enforcement" ativo

As empresas devem monitorar a **internet** regularmente em busca de violações de seus **direitos** autorais e marcas. Isso pode incluir o uso de serviços especializados de monitoramento online ou a implementação de ferramentas internas de detecção. Ao identificarem violações, as empresas devem agir prontamente para fazer cessar e punir os infratores.

Adoção de tecnologias de proteção

Uma série de tecnologias podem ajudar a proteger a propriedade intelectual online, como criptografia de dados, marcas d'água digitais e sistemas de gestão de direitos digitais (DRM). Essas tecnologias podem dificultar a **cópia** ilegal de conteúdo e rastrear o uso não autorizado.

Diversificação de modelos de negócios

Novos modelos de negócios baseados em assinaturas, licenciamento e serviços podem oferecer formas alternativas de monetizar a propriedade intelectual, tornando menos dependente a receita da venda de cópias digitais. Isso pode reduzir o impacto da **pirataria** e aumentar a resiliência da empresa.

Busca de cooperação internacional

Em um mundo globalizado, a cooperação internacional é fundamental para o combate eficaz à **pirataria** e à violação de **direitos** autorais online. As empresas devem pressionar por acordos internacionais de proteção da **propriedade** intelectual e colaborar com órgãos governamentais e organizações do setor para combater o crime cibernético.

Continuação: O impacto da tecnologia na propriedade intelectual: tendências e desafios

Considerações legais sobre propriedade intelectual no ambiente digital

As considerações legais sobre propriedade intelectual no ambiente digital são complexas e variam de acordo com o país e a jurisdição. Algumas das principais considerações legais incluem:

Leis de **direitos** autorais

As leis de **direitos** autorais regem a proteção de obras literárias, artísticas e musicais. Essas leis estabelecem os direitos exclusivos dos criadores sobre suas obras e os mecanismos para a aplicação desses direitos. É essencial entender as leis de **direitos** autorais aplicáveis a uma determinada obra e garantir a conformidade com essas leis.

Leis de marcas

As leis de marcas protegem os sinais distintivos usados para identificar produtos e serviços no comércio. Essas leis garantem aos proprietários de marcas o direito exclusivo de usar e comercializar suas marcas. É fundamental registrar uma marca e entender as leis de marcas aplicáveis para proteger adequadamente a **propriedade** intelectual.

Leis de patentes

As leis de **patentes** protegem invenções e processos técnicos. A obtenção de uma **patente** confere ao inventor o direito exclusivo de explorar a invenção por um determinado período. No entanto, as leis de **patentes** são complexas e variam de acordo com o país. É essencial buscar aconselhamento jurídico especializado ao solicitar e proteger **patentes**.

O papel da tecnologia blockchain na proteção da **propriedade** intelectual

A tecnologia blockchain tem o potencial de revolucionar a proteção da **propriedade** intelectual. O blockchain é um registro digital descentralizado e

imutável que pode ser usado para criar registros confiáveis e rastreáveis de transações e obras. Algumas das maneiras pelas quais o blockchain pode ser usado na proteção da **propriedade** intelectual incluem:

Prova de autoria

A tecnologia blockchain pode ajudar a estabelecer uma prova confiável de autoria. Ao registrar um trabalho em um blockchain, um criador pode provar que ele foi o primeiro a criar aquela obra, estabelecendo assim sua autoria.

Registro e rastreabilidade de transações

O blockchain pode ser usado para registrar e rastrear transações relacionadas à propriedade intelectual. Isso pode incluir a venda de uma obra de arte digital, **licenciamento** de software ou transferência de **direitos** autorais. O uso do blockchain pode garantir a autenticidade e a rastreabilidade dessas transações.

Combate à **pirataria**

A natureza imutável do blockchain pode ajudar a combater a **pirataria** digital. Ao registrar uma obra em um blockchain, torna-se mais difícil para os piratas digitais copiá-la ilegalmente e distribuí-la sem permissão.

Tecnologias emergentes e suas implicações nos direitos de propriedade intelectual

Além das tecnologias mencionadas anteriormente, existem outras tecnologias emergentes que têm implicações nos direitos de propriedade intelectual. Alguns exemplos incluem:

Realidade virtual e aumentada

A realidade virtual e aumentada está transformando a forma como interagimos com conteúdo digital. Essas tecnologias têm implicações interessantes nos direitos de propriedade intelectual, especialmente no

Continuação: O impacto da tecnologia na propriedade intelectual: tendências e desafios

que diz respeito a obras de arte e entretenimento. A criação e comercialização de conteúdo de realidade virtual e aumentada envolvem considerações únicas de propriedade intelectual.

Impressão 3D

A impressão 3D permite a criação de objetos físicos a partir de modelos digitais. Isso levanta questões sobre a proteção de **direitos** autorais e **patentes** quando se trata de objetos físicos que podem ser facilmente reproduzidos por meio da impressão 3D.

Internet das Coisas (IoT)

A **Internet** das Coisas (IoT) refere-se à rede de dispositivos conectados que coletam e trocam dados. Com o aumento do uso da IoT, surgem desafios adicionais para a proteção da **propriedade** intelectual relacionada a esses dispositivos e aos dados que eles coletam.

Conclusão: Navegando pelo cenário em constante evolução da tecnologia e propriedade intelectual

A tecnologia digital apresenta tanto ameaças quanto oportunidades para a proteção da **propriedade** intelectual. As empresas que compreendem os desafios e implementam estratégias eficazes de proteção estarão mais bem posicionadas para prosperar no ambiente digital. A adaptação contínua às novas tecnologias, colaboração global e a promoção de uma cultura de respeito à **propriedade** intelectual serão essenciais para garantir a inovação e o sucesso no futuro digital.

Siga o IT Forum no LinkedIn e fique por dentro de todas as notícias!

Como a tecnologia impacta a propriedade intelectual? Advogado analisa



Na avaliação do especialista, a principal área da PI que tem sido afetada pelas novas tecnologias é a subárea dos **direitos** autorais.

Dia Mundial da Propriedade Intelectual Como a tecnologia impacta a propriedade intelectual? Advogado analisa Na avaliação do especialista, a principal área da PI que tem sido afetada pelas novas tecnologias é a subárea dos **direitos** autorais. Da Redação sexta-feira, 26 de abril de 2024 Atualizado às 07:05 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Nesta sexta-feira, 26 de abril, é celebrado o Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual (também nomeado World IP Day ou WIP-Day), estabelecido pela **WIPO - Organização** Mundial da Propriedade Intelectual em 2000 para "aumentar a conscientização sobre como **patentes, direitos** autorais, marcas e desenhos impactam a vida diária" e "celebrar a criatividade e a contribuição de criadores e inovadores para o desenvolvimento" das sociedades em todo o mundo.

Para comemorar a data, conversamos com Wilson Pinheiro Jabur, sócio do Salusse, Marangoni, Parente e Jabur Advogados e especialista em propriedade intelectual. Ele compartilhou com o Migalhas insights valiosos sobre as transformações na área nas últimas décadas e os desafios atuais enfrentados pelos detentores de direitos. Confira.

A evolução da propriedade intelectual com a tec-

nologia

Na avaliação de Jabur, a principal área da PI que tem sido afetada pelas novas tecnologias é a subárea dos **direitos** autorais. Primeiro, ele destaca a inclusão dos programas de computador como criações protegidas pelo direito de autor, marcada pela aprovação da lei do software no Brasil em 1987.

Posteriormente, com o início do século XXI e a democratização da **internet** e do e-commerce, enfrentou-se o desafio de combater a **pirataria** online, o que inclui obras musicais e audiovisuais, software, obras literárias, dentre outros, afirma o profissional.

"Mais uma vez, os legisladores foram chamados a intervir, tendo sido promulgado o marco civil da **internet** no Brasil que busca promover, entre outras coisas, 'o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos' bem como a 'inovação e o fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso'."

Com a chegada da inteligência artificial, salienta o advogado, novos desafios surgiram, incluindo a proteção das obras criadas por IA e a potencial violação de obras de terceiros. "Não à toa, já tramitam no Congresso propostas de regulação desses temas", complementa.

Desafios para os detentores de **direitos** autorais

Quando questionado sobre os principais desafios enfrentados pelos detentores de **direitos** autorais no cenário digital atual, Jabur é enfático: "Os principais desafios são as potenciais violações por conta do treinamento da IA, e quando da criação de obras derivadas com ferramentas de/através de IA."

Ele também toca no ponto da proteção ou não de

Continuação: Como a tecnologia impacta a propriedade intelectual? Advogado analisa

obras criadas por IA, uma área cinzenta que ainda requer muita discussão legal e ética.

Dia Mundial da Propriedade Intelectual é celebrado nesta sexta. (Imagem: Arte Migalhas)

Combatendo a **pirataria** online

De acordo com o sócio do Salusse, Marangoni, Parente e Jabur Advogados, a **pirataria** online continua a ser uma grande ameaça para criadores e detentores de **direitos** autorais, afetando diretamente suas receitas.

"Quanto às medidas que podem ser tomadas, a principal delas é o monitoramento constante. Há softwares e empresas que fornecem auxílio nesse sentido, mas o capital humano e a organização da equipe que realiza o monitoramento ainda são cruciais. Como o mundo digital deixa rastros, muitas vezes é mais fácil identificar e punir infrações online do que no mundo 'real'."

Proteção do conteúdo vs. Liberdade de expressão

Sobre o equilíbrio entre proteção de conteúdo e liberdade de expressão, Jabur afirma: "A proteção dos **direitos** autorais não impede nem a liberdade de expressão, nem a inovação. A convivência pacífica entre estes dois polos é não apenas possível como saudável."

"Sem a proteção, a criatividade fica desestimulada. E, por outro lado, o direito de autor não protege as ideias, mas tão somente a forma como são exteriorizadas, de modo que qualquer um pode livremente se apropriar da ideia de outro, desde que a descreva com as suas próprias palavras."

Por outro lado, segundo Wilson, a **internet** se tornou um espaço onde a liberdade de expressão encontrou inúmeras formas e plataformas que estimulam e admitem as mais variadas formas de manifestação.

"Com efeito, as plataformas online tendem a priorizar a liberdade de expressão (o que decorre de simples leitura de seus termos de uso e da postura que costumam adotar perante o Poder Público), ao mesmo tempo em que os titulares de direitos sempre têm a opção de acionar tanto (i) a plataforma administrativamente, quanto (ii) o Poder Judiciário, requerendo a remoção do respectivo conteúdo, conforme garantido pelo marco civil da **internet**."

O advogado Wilson Pinheiro Jabur. (Imagem: Divulgação)

Impacto das redes sociais

"As redes sociais não transformaram as normas de **propriedade** intelectual", diz Jabur. No entanto, ele reconhece que plataformas e redes sociais têm um papel relevante na proteção de direitos de **propriedade** intelectual.

"O que se sentiu foram os desafios de jurisdição e legislação aplicáveis. Para as criações autorais o problema é menos sentido na medida em que a Convenção de Berna, que protege esses direitos independentemente de registro ou formalidade, foi adotada por 181 países signatários. Dificuldades maiores são sentidas pelos titulares de marcas e **patentes** que dependem do reconhecimento de seus direitos conforme os trâmites e legislação de cada um dos países de interesse. Aqui, sim, as plataformas e redes sociais têm tido um papel relevante na criação de mecanismos de proteção de direitos de **propriedade** intelectual, sendo muito utilizado o sistema de 'notice and take down' mediante a comprovação de um direito sendo violado, com a consequente retirada do conteúdo infrator."

Concluindo, o advogado ressalta como tecnologias como o ChatGPT podem reformular as práticas de gestão de **direitos** autorais, automatizando processos e facilitando a análise global de casos, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos **direitos** autorais na era digital.

Continuação: Como a tecnologia impacta a propriedade intelectual? Advogado analisa

"Em cenários de combate à **pirataria**, por exemplo, a IA generativa pode ser um diferencial para os gestores, auxiliando-os na identificação de contrafações, diminuindo o tempo de elaboração de petições, agilizando a elaboração de relatórios e sugerindo caminhos de resolução de problemas que

talvez sequer seriam cogitados pelos gestores sem o auxílio da tecnologia."

MIGALHAS nº 5.838

Sexta-Feira, 26 de abril de 2024 - Migalhas nº 5.838.

Fechamento às 08h18.

"Lançar impostos, vagamente, sem sistema, sem crítica esclarecida, sem justos e longos estudos do País, da sua riqueza, do seu trabalho, é arruinar, despedaçar, dilacerar a pobre pátria."

Eça de Queirós

Ainda uma vez, adeus

Depois de várias tentativas baldadas, o governo recorreu ao Judiciário para tentar encerrar a desoneração da folha de pagamento. Surpreendentemente, conseguiu uma vitória provisória. De fato, na noite de ontem, o ministro Cristiano Zanin acatou o pedido. ()

"Pesar de quanto sofri"

Ao longo de 2023, tentou-se de todas as maneiras pôr fim à desoneração da folha de pagamento. Entenda. ()

Migalhas

Este é nosso informativo jurídico, que aborda diversas notícias e questões legais recentes, incluindo decisões judiciais, mudanças legislativas e eventos no meio. Continue a leitura.

Nomes de peso

A Petrobras elegeu ontem seu Conselho. Para mais um mandato, foi escolhido o colunista e colaborador assíduo deste poderoso rotativo, o brilhante advogado Francisco Petros.

Uma segunda chance ao parquet

Na tarde de ontem, o STF deu continuidade ao julgamento que definirá a competência do MP para con-

duzir investigações criminais. Os ministros votaram no sentido de acolher a tese proposta em conjunto pelo relator, ministro Fachin, com ministro Gilmar Mendes, porém, realizando diversas sugestões para aprimoramento do texto. Ministro Barroso ainda não proferiu seu voto. O encerramento do caso, com voto do presidente da Corte e prolação da tese, foi adiado para a próxima quinta-feira, 2/5. Entenda. ()

Voto a quatro mãos

No julgamento dos poderes investigativos do MP, o relator, ministro Edson Fachin, proferiu voto conjunto com ministro Gilmar Mendes. Não é a primeira vez que o "voto a quatro mãos" aparece no contexto do Supremo. Em 2023, no julgamento do piso da enfermagem, ministros Barroso e Gilmar Mendes também proferiram voto com consenso prévio. O presidente da Corte aprova a ideia. Relembre. ()

Modelo deliberativo

Na toada do voto conjunto, o presidente do STF, ministro Barroso, afirmou que o modelo decisório do Supremo está cada vez mais deliberativo, deixando o modelo "agregativo". Na visão do ministro, os debates entre os pares estão sendo estimulados nas sessões, sem a higidez de um modelo no qual cada ministro apresenta voto e é feita mera superposição de entendimentos para se alcançar a conclusão. ()

!!!

Em imagens que viralizaram nas redes sociais, promotor de Justiça xinga advogados, chamando-os de "safado", "pilantra", "bosta" e "frouxo", levando à interrupção do julgamento. O caso ocorreu em Cascavel/PR, durante uma sessão do Tribunal do Júri. ()

Apure-se

Após o lamentável ocorrido narrado na nota acima, conselheiros do CNMP propuseram uma re-

clamação disciplinar contra o promotor e pediram o seu afastamento cautelar, por violação aos princípios éticos e morais inerentes ao cargo. ()

Agressão arquivada

MP/SP decidiu arquivar inquérito que investigava suposto abuso de autoridade de um policial civil contra um advogado do interior de SP. O causídico foi agredido com uma cabeçada e socos, após questionar policiais sobre falta de mandado para entrada em residência de acusado. Para Eduardo Pereira de Souza Gomes, promotor de Justiça de Batatais/SP, as agressões e ameaças perpetradas pelo investigado em face do advogado, apesar de reprováveis, não são condutas formalmente típicas da lei de abuso de autoridade. O que seria então.... ()

Honorários por equidade

1ª seção do STJ aplicou honorários por equidade em execução fiscal. Ministros concluíram que nos casos em que a exceção de pré-executividade visar tão somente a exclusão do incipiente do polo passivo da execução fiscal, sem impugnar o crédito executado, os honorários advocatícios deverão ser fixados por apreciação equitativa, porquanto não há que se estimar o proveito econômico obtido com o provimento jurisdicional. ()

Taxa judiciária

Desembargador André Andrade, do TJ/RJ, decidiu que a taxa judiciária na fase de cumprimento de sentença deve ser paga pelo sucumbente ao final do processo, e não pelo exequente. ()

Sustentação oral

OAB entregou ao presidente do Senado texto da PEC que pede o direito à sustentação oral em todas as fases do processo. Veja as mudanças propostas. ()

Na net

Corregedor nacional de Justiça, ministro Salomão negou pedido para transmissão irrestrita de audiências na internet, fundamentando a decisão em custos elevados e interferência na autonomia dos tribunais. A solicitação visava a transmissão de uma audiência em Belém/PA, relacionada a uma ação civil coletiva contra o município. ()

Caso Joca

Após o cachorro Joca morrer ao passar 8 horas em voo errado da Gol, a empresa foi notificada pela ministério da Justiça para dar explicações sobre o caso. A propósito, na Câmara dos Deputados tramita o PL 692/23, que visa assegurar o transporte de cães e gatos de estimação de até 40kg na cabine das aeronaves no transporte aéreo público regular, desde que estejam acompanhados de seus tutores. ()

Guarda de pet

Juíza de SP deferiu tutoria compartilhada de pet em divórcio. Cada parte ficará com o animal por uma semana, alternando-se às sextas-feiras. Decisão é baseada em precedente do STJ sobre o bem-estar animal, refletindo mudanças no modelo familiar. ()

Google Ads

TJ/SP determina que Google pare de vender palavras-chave patrocinadas com a marca EAN-13, de propriedade da GS1 Brasil, responsável por fiscalizar o sistema internacional de código de barras. O colegiado destacou jurisprudência sobre concorrência desleal e violação de direitos de marca. ()

Lei Taylor Swift

Câmara dos Deputados aprovou o PL "Taylor Swift", que cria novas penalidades pela prática do cambismo digital, seja em eventos esportivos, shows e outros espetáculos. A nomenclatura da norma se dá pelos problemas nas vendas de ingressos para os shows da cantora no Brasil, em 2023. A proposta será enviada

ao Senado. ()

DPE - Dicionário de Péssimas Expressões

Na edição de hoje, na busca de dar cabo do "juridiquês", apresentamos mais uma sugestão:

Hialinamente - É um advérbio derivado do adjetivo "hialino", que origina-se do grego "hyalos", significando vidro. Hialino descreve algo transparente ou translúcido, como vidro, comum em contextos médicos ou biológicos para referir-se à aparência de tecidos ou substâncias no corpo. Em usos metafóricos ou literários, indica clareza ou transparência em argumentos ou textos legais. Pode ser substituído por "transparentemente" ou "claramente", ambos indicando clareza inequívoca, similar à transparência do vidro.

Migalhas em ação

Diariamente, este nosso vibrante matutino presenteia um leitor entre os que enviaram expressões para integrar nosso famigerado léxico. O ganhador de hoje é Marcos Paulino. Não deixe de participar. ()

Propriedade intelectual

Hoje, 26 de abril, é celebrado o Dia Mundial da Propriedade Intelectual. Para comemorar a data, conversamos com um especialista em PI, que falou sobre as transformações na área nas últimas décadas e os desafios atuais enfrentados pelos detentores de direitos. Confira. ()

De peso

"Upcycling, second hand e o Dia Mundial da Propriedade Intelectual em 2024", por Lívia Barboza Maia (Denis Borges Barbosa Advogados). ()

Decisão cassada

TJ/SP concedeu habeas corpus à sócia do in-

fluenciador fitness Renato Cariani e cassou apreensão de seu passaporte, julgando desnecessárias medidas cautelares severas devido à conduta cooperativa durante o processo. A investigação inicial envolve a Anidrol Indústria Química em esquema de desvio de produtos químicos para tráfico. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Juiz derruba exame criminológico da lei das saídas e concede progressão de regime. () Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil deve cessar uso do nome e logo. () Clientes falsificam reclamação no Procon e acabam condenados por má-fé. () Réu que ficou 9 anos a mais em domiciliar será indenizado pelo Estado. () MP/BA cumpre mandados em escritórios acusados de litigância predatória. () Presidente do TJ/PE anuncia criação de "calçada da fama" na Corte. () Juíza conclui que cliente realizou empréstimo e nega ação contra banco. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Colunas

Família e Sucessões

Com a entrega ao Senado do anteprojeto de atualização do Código Civil brasileiro, Flávio Tartuce discute algumas das mudanças propostas, com foco especial no tema do regime de bens entre cônjuges e conviventes. ()

Dinâmica Constitucional

Em um cenário de polarização política, Marcelo Schenk Duque questiona: o quão distraídos estamos para as grandes questões? Veja a análise. ()

Migalhas de IA e Proteção de Dados

O recente embate envolvendo Elon Musk e o STF reacendeu a discussão sobre a necessidade de regulação das plataformas de redes sociais. Na coluna de hoje, Leonardo David Quintiliano reflete sobre as regras de responsabilidade dos provedores de conteúdo vigentes nos EUA, na UE, no Brasil, e analisa as propostas de alteração do modelo adotado no país. ()

Humanidades e Novas Tecnologias

Novas perspectivas éticas da IA e a questão dos trabalhadores do sul global, por Paola Cantarini e Wilson Engelmann. ()

Direito Digit@l

Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos discute a era da pós-verdade e a disseminação da desinformação na sociedade contemporânea, explorando as ideias de diversos autores. ()

Migalhas de peso

- "Burnout, afastamento pelo INSS: é possível?", por André Beschizza (André Beschizza Advogados). ()

- "A arte da guerra: oferecimento de denúncia junto ao Tribunal de Contas", por Daniel Lagoa (/asbz). ()

- "Lula autoriza Incra a identificar terras para exploração", por Leandro Marmo (João Domingos Advogados). ()

- "Da complexidade das novas regras de preço de transferência - Alinhamento aos padrões internacionais obrigatórios ao ingresso do Brasil na OCDE", por Debora Amaral (Daudt, Castro e Galloffi Olinto Advogados). ()

- "Fim das retenções de tributos: uma demanda urgente para simplificar o sistema tributário e mo-

dernizar o Brasil", por Carlos Alberto Baptista (Sescon-SP). ()

- "Relatório de transparência salarial em xeque", por Isabella Magano (Pipek Advogados). ()

- "Os sete erros mais comuns ao planejar uma mudança de país", por Daniel Toledo (Toledo Advogados Associados). ()

- "Banco digital é condenado a devolver dinheiro perdido em golpe do pix", por Maria Barreto (Predolim, Rocco e Moreno Sociedade de Advogados). ()

- "Contribuição assistencial ou de negociação coletiva - Balizamento para compreender o tema", por José Eymard Loguercio (LBS Advogadas e Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Reforço

A advogada Ingrid Gabriella Lima Barcelos, especialista na área previdenciária, reforça a equipe do escritório Machado & Magalhães Advogados Associados.

Baú migalheiro

Há 72 anos, em 26 de abril de 1952, foi lançada a revista "Manchete", por Adolpho Bloch, circulando até ano 2000. Reconhecida como uma das principais revistas do Brasil, ficava atrás apenas de "O Cruzeiro" em termos de popularidade. Inspirada na revista parisiense "Paris Match", "Manchete" se destacava pelo uso intensivo do fotojornalismo em suas capas e contava com colaborações de nomes renomados como Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga. O sucesso da revista foi tal que o nome "Manchete" foi posteriormente utilizado para batizar a emissora de televisão, Rede Manchete, fundada por

Bloch em 1983. (Compartilhe)

Sorteio da obra

A obra "Transparência, Pragmatismo e TCU" (Editora Almedina 188p.), escrita por Roberto Tadao Magami Junior e doada por ele aos nossos leitores, apresenta um valor relevante para a existência da democracia, e o controle exercido nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. ()

Novidade

BMA Advogados divulgou "Informativo Mercados Financeiro e de Capitais" sobre "Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil". ()

Migalhíssimas

Suzan Mitsuuichi, do Demarest Advogados, participa hoje, às 18h30, do evento online "Legal Business Development" no painel "Fishbowl: Maximizando o Desenvolvimento de Negócios, Atendimento ao Cliente e Pipeline de Cross-Selling". Participam também do debate Angela Giacobbe, do BMA Advogados, e Sérgio Sabino, de TozziniFreire Advogados. () No dia 29/4, às 17h, Leonardo Santos Martins, do escritório João Bosco Filho Advogados, será palestrante no evento "Propaganda Eleitoral: o que pode e o que não pode fazer", promovido pela OAB de Nova Iguaçu/RJ. () De 29/4 a 3/5, período em que ocorre a Agrishow, em Ribeirão Preto/SP, o podcast jurídico "PodBrasil" terá programação especial ao vivo, discutindo temáticas voltadas ao universo do agronegócio. Em horário alternativo nesta semana especial, os episódios serão transmitidos diariamente às 8h30, com apresentação dos advogados Evandro Grili e Rodrigo Forcenette, do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia. () Ana Tereza Basilio (de Basilio Advogados e vice-presidente OAB/RJ) fará a palestra de abertura, junto com o presidente da seccional, Luciano Bandeira, do seminário "Reflexões sobre o Direito Médico e a Aplicação do

Código de Defesa do Consumidor". Dia 30/4, às 10h, no plenário Evandro Lins e Silva, na OAB/RJ. () Cescon Barriou Advogados realiza no dia 30/4, às 10h, o webinar "Reforma Tributária em foco: Principais pontos do projeto de lei do governo". O evento terá a participação de Talita Félix, coordenadora executiva do NEF da FGV Direito SP, e dos sócios Maurício Barros, André Melo e Hugo Leal. Rita Cortez, do escritório AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente da Academia Carioca de Direito, apresenta palestra no "Seminário Jurídico - Dia Nacional da Mulher", que acontece dia 30/4, das 13 às 18h, na OAB/RJ. A advogada trabalhista vai participar do primeiro painel com o tema "Políticas no Combate da Violência Contra Mulheres Advogadas". Mauricio Bove, do escritório Lopes Pinto Advogados Associados, ministra curso de compliance ao lado de Rafael Mendes Gomes, diretor de riscos e integridade da Novonor e OEC. Aberto a profissionais de todos os setores e realizado presencialmente no RJ, o curso terá 60h de duração e acontece a partir de 30/4. () **ABAPI** - Associação Brasileira dos Agentes da **Propriedade** Industrial realiza, dia 2/5, às 14h, o webinar "Proteção Internacional da **Biodiversidade** e Promoção da Bioeconomia Brasileira", em comemoração ao Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual. Claudio Furtado, do escritório Di Blasi, Parente & Associados, participa do evento online. () Hannah Fernandes, do escritório Di Blasi, Parente & Associados, foi reconhecida pela "**International** Trademark Association (INTA)" com o selo de "Rising Star 2023/2024". O ranking internacional "Leaders League Brasil" destacou o escritório Ruiz Filho Advogados e o criminalista Antonio Ruiz Filho entre as principais bancas de advocacia na área de Direito Penal Empresarial no Brasil. Anne e Nelson Wilians (Nelson Wilians Advogados) promoveram leilão beneficente em prol do Instituto Desvelando Oris, que se dedica a oferecer suporte jurídico e social a mulheres negras e jovens em situação de vulnerabilidade. O encontro arrecadou mais de R\$ 150 mil. ()

Desafios influenciadores

AASP promove no dia 3/5, às 9h, o evento híbrido "Influenciadores digitais e seus desafios jurídicos". Concorra a uma vaga-cortesia . ()

Processos trabalhistas

No dia 30/4, das 18h30 às 21h30, AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo realiza o curso online "O eSocial de processos trabalhistas na prática". ()

Proteção de dados

FGV Direito Rio promove o curso de curta duração "Data Protection Officer - Proteção de Dados e Privacidade". As inscrições podem ser feitas até dia 3/5 e início das aulas em 6/5. ()

Arbitragem

CAMES realizou, no último dia 24/4, o webinar "**Arbitragem** Trabalhista e Executivos: Estratégias para Resolução de Conflitos", para debater a atuação da **arbitragem** trabalhista e cargos executivos. ()

Capacitação profissional

Radar - Gestão para Advogados dispõe de um amplo portfólio de cursos "In Company", com temas de relevância para o dia a dia de seu negócio, como: comunicação interna, gestão de tempo e foco, liderança de equipes, controladoria jurídica, dentre outros. Entre em contato por telefone. ()

Viva

Os sorteados com a obra "Coletânea: Direitos Humanos - Estudos em Homenagem ao professor Luis Eduardo Gunther" (Editora Lacier 287p.), organizada por Nei Calderon, são ()

Jeremias Alves Pereira Filho , de São Paulo/SP ;

Kátia Michele Messina, de São Paulo/SP.

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AP/Amapá

BA/Itarantim

CE/Assaré

CE/Pacujá

MG/Alvorada de Minas

MG/Itambacuri

RS/São Pedro do Sul

SC/Itaiópolis

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"New York Court Voids Weinstein Sex Crimes Conviction"

The Washington Post - EUA

"High court poised to reject Trump's immunity claims"

Le Monde - França

"Macron et l'UE: grandes ambitions, marges réduites"

Corriere Della Sera - Itália

"Mattarella: unità nell' antifascismo"

Le Figaro - França

"Dette, déficits: la France menacée de dégradation"

Clarín - Argentina

"El Gobierno avanza con Ganancias y cede ante los gremios y en privatizaciones"

El País - Espanha

"El PSOE llama a la movilización para que Sánchez no dimita"

Público - Portugal

"O povo saiu à rua"

Die Welt - Alemanha

"Scharfe Kritik an Robert Habeck wegen Atom-Papier"

The Guardian - Inglaterra

"Yousaf in peril as Greens say they will back no-confidence motion"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Empresa não poderá abater plano de saúde e benefícios a empregado"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Zanin atende pedido de Lula e suspende desoneração da folha"

O Globo - Rio de Janeiro

"Fome cai, mas ainda atinge 8,6 milhões de brasileiros"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Insegurança alimentar castiga o país do agro"

Correio Braziliense - Brasília

"Planalto vai ao Supremo contra as desonerações"

Zero Hora - Porto Alegre

"RS receberá 126 mil doses de vacina contra a dengue para seis municípios"

O Povo - Ceará

"Fortaleza goleia Boca Juniors em Castelão lotado"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"1.504 obras paradas ao longo do tempo no Estado"

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 7, 10, 15, 17, 19, 24, 27

Pirataria | Biopirataria
3, 7, 10

Marco regulatório | INPI
3

Patentes
3, 5, 19, 24

Propriedade Industrial
3, 27

Entidades
3, 7, 24, 27

Inovação
5, 10, 19, 27

Direitos Autorais
10, 19, 24

Denominação de Origem
10, 17

Pirataria
19, 24

Software
19

Arbitragem e Mediação
27